



ATUALIDADE ECONÔMICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 14

Nº 42

Abril/Junho 2002

CONTEÚDO

**Comportamento e Perspectivas da Dívida Pública Mobiliária
Federal Brasileira.**

Roberto Meurer e Robert Wayne Samohyl

1

Insularidades Catarinenses.

Hoyêdo Nunes Lins

5

**Estado e Economia: notas preliminares sobre um debate
inconcluso.**

Lauro Mattei

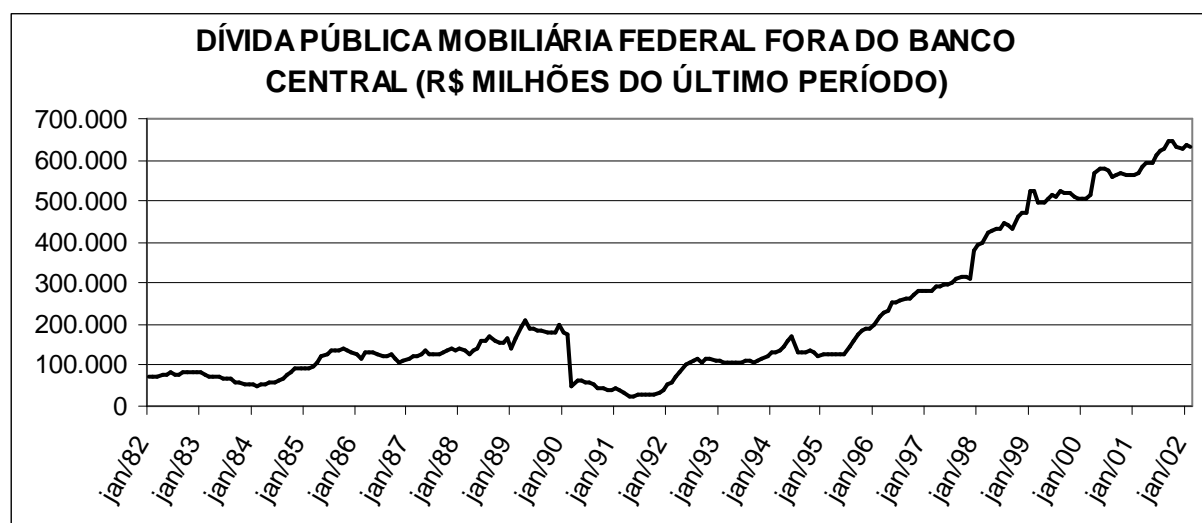
9

Comportamento e Perspectivas da Dívida Pública Mobiliária Federal Brasileira

*Roberto Meurer**
*Robert Wayne Samohyl***

A dívida pública brasileira tem crescido aceleradamente, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990. Esta evolução pode ser observada no Gráfico 1. O crescimento da dívida pública gera uma ampla discussão sobre as suas origens e perspectivas, incluindo a possibilidade de ela apresentar um caráter explosivo. Neste artigo, são discutidos os principais elementos que influenciam a dívida pública e as possibilidades para a sua evolução nos próximos anos.

Gráfico 1



Fonte: Dados do Boletim do Banco Central do Brasil, deflacionados pelo IGP-DI.

Entre os fatores que influenciam o comportamento da dívida pública são tradicionalmente analisados o resultado orçamentário primário do governo e a taxa de juros, relacionando-se, dessa forma, com a política monetária. O resultado primário do governo é aquele que considera apenas as despesas correntes, não incluindo, portanto, as despesas com juros sobre a dívida, contraída em períodos anteriores. Quando o governo obtém superávits primários, isto tem como consequência a possibilidade de reduzir-se a dívida pública, porque os pagamentos de impostos diminuiriam a quantidade de moeda em circulação na economia, levando a uma tendência de aumento da taxa de juros. Como forma de evitar a elevação dos juros, o

* Professor do Departamento de Economia - UFSC;

** Professor do Departamento de Engenharia de Produção e Sistema -UFSC.

Banco Central poderia recomprar títulos emitidos anteriormente, ou seja, reduzir a dívida pública. O inverso aconteceria em caso de gastos correntes superiores à arrecadação, que tenderia a levar a um aumento do endividamento.¹ No caso dos juros, a relação é direta: quanto mais alta a taxa real de juros, maior será a despesa com os juros e, assim, a tendência de aumento da dívida.

Um fator adicional que causa alterações na dívida pública está relacionado ao balanço de pagamentos. Quando há superávits no balanço de pagamentos e o Banco Central interfere no mercado cambial comprando moeda estrangeira com o objetivo de aumentar as reservas internacionais ou compensar pagamentos efetuados no exterior pelo governo, injeta-se moeda doméstica na economia, o que poderia levar a uma queda nos juros. A maneira de esterilizar o efeito da moeda estrangeira é aumentar a dívida pública interna. Inversamente, quando há saída de investidores do país ou déficits em transações correntes, podem ocorrer reduções da dívida pública, como foi o caso durante a crise russa em setembro de 1998.

Finalmente, a dívida pública é aumentada por causa de negociações entre os diferentes níveis de governo, o que tem sido característico na economia brasileira nos últimos cinco anos. Isto envolve a renegociação de dívidas de estados e municípios, cuja dívida é trocada por títulos públicos federais, bem como a explicitação de dívidas não reconhecidas ou parcialmente reconhecidas pelo governo federal, os “esqueletos”.

A Tabela 1 resume as magnitudes dos diferentes fatores que influenciam a dívida. Além dos anteriormente discutidos, inclui-se o custo da dívida interna atrelada à variação cambial, que passou a ser importante a partir de 1998, refletindo a dívida sobre o comportamento futuro da taxa de câmbio do real. Os períodos em que a moeda brasileira se desvaloriza levam a maiores custos com os títulos cambiais, como em 1999 e 2001. O Tesouro Nacional tem um efeito inibidor sobre o crescimento da dívida, à exceção de 1996, coerentemente com a disciplina fiscal adotada pelos governos brasileiros, em que uma carga tributária crescente é aliada ao controle da expansão dos gastos. Contribuíram para o bom desempenho do Tesouro Nacional as receitas de privatização, importantes em alguns dos períodos, mas cuja influência para os próximos períodos tende a ser consideravelmente menor.

No caso do setor externo, podem ser visualizados dois períodos distintos: até 1996 e a partir de 1998. Esta periodização acompanha o comportamento do mercado financeiro internacional, no qual o Brasil consegue captar grandes quantidades de recursos no primeiro período, o que permite a acumulação de reservas internacionais e um déficit crescente em transações correntes. O segundo período caracteriza-se pela ocorrência de crises cambiais em diversos países, levando a uma fuga de recursos também do Brasil. A consequência é a saída de capitais do país, grande parte dos quais veio com o objetivo de ganhar as elevadas taxas de juros praticadas no Brasil.

O principal fator de expansão entre os aqui analisados é a taxa real de juros elevada, política que tem se mantido nos últimos dez anos. Isto leva a um

¹ A inter-relação entre as políticas monetária e fiscal é discutida detalhadamente em MEURER e SAMOHYL (2001).

crescimento contínuo da dívida. É interessante que parcela dos juros que contribuíram para o aumento da dívida foi posteriormente remetida ao exterior, quando o cenário na avaliação do investidor externo piorava. Há, portanto, uma interligação entre os custos com juros e o setor externo no período abordado. Além dos juros, uma grande parte da dívida total pode ser atribuída às já referidas renegociações e ajustes dentro da própria dívida.

Tabela 1 – Principais fatores que influenciam o comportamento da dívida pública mobiliária federal fora do Banco Central – 1992 a 2001

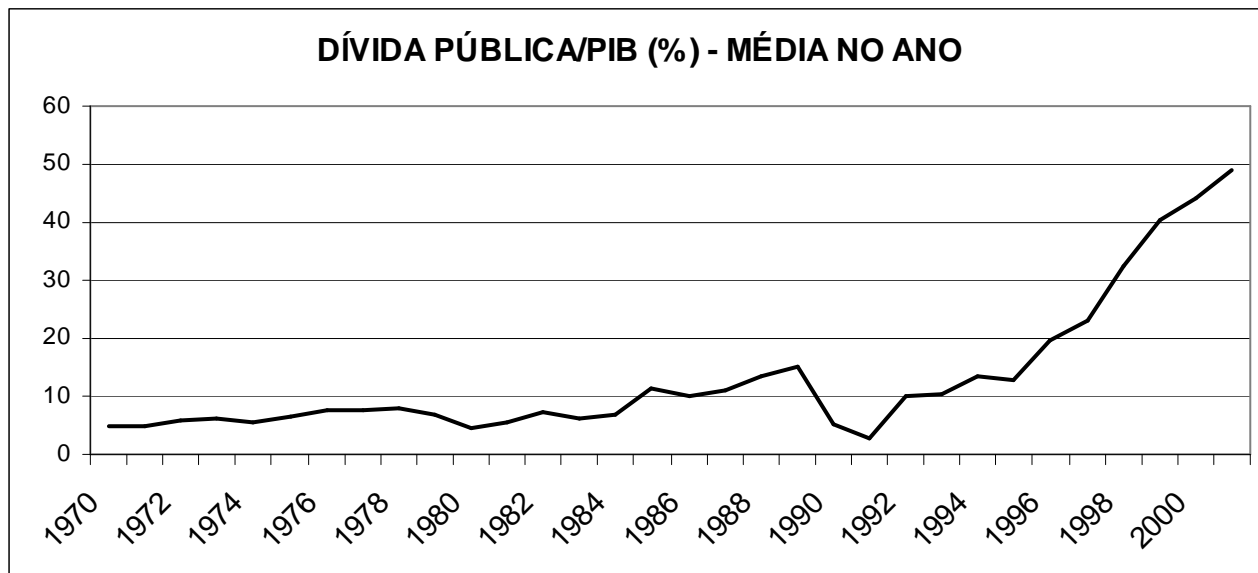
	Tesouro Nacional	Setor Externo	Custo Juros	Custo títulos cambiais
1992	-6.921	44.835	20.564	
1993	-3.037	27.334	11.913	
1994	-10.505	24.984	2.184	-4.313
1995	-6.620	23.314	35.715	1.280
1996	8.394	15.077	31.420	1.709
1997	-6.945	-12.321	36.285	3.530
1998	-20.041	-28.397	75.556	12.700
1999	-18.696	-17.994	15.568	35.573
2000	-27.508	5.130	19.386	3.752
2001	-11.698	-17.138	23.391	20.833
1992 a 2001	-103.577	64.823	271.981	75.064
1994 a 2001	-93.619	-7.346	239.504	75.064

Fonte: Tesouro Nacional e Setor Externo foram obtidos dos fatores condicionantes da base monetária e deflacionados pelo IGP-DI. A taxa real de juros sobre a dívida do período anterior é a taxa Selic acumulada a cada mês, descontando o IGP-DI. O custo dos títulos cambiais foi obtido a partir da participação desses títulos na dívida total no período anterior e o custo considerado foi de variação cambial acrescida de 1% ao mês.

A variável mais importante para analisar a evolução da dívida pública é a sua relação com o produto ou renda do país. Isto ocorre porque se considera que, em algum momento, a dívida deverá ser paga e este pagamento dependerá da capacidade de arrecadação do governo. A capacidade de arrecadação do governo, por outro lado, está diretamente relacionada com a renda gerada na economia. Conseqüentemente, a melhor medida do risco de crédito no qual incorrem os detentores da dívida pública será a relação entre o total da dívida e o produto do país. O Gráfico 2 mostra a evolução da relação dívida/PIB na economia brasileira, em que, novamente, fica evidente a tendência de crescimento nos anos recentes. Intuitivamente, o comportamento da relação dívida/PIB depende da taxa de crescimento da dívida comparativamente à taxa de crescimento do PIB. Logo, quanto maiores as taxas de crescimento da renda da economia, menor será o crescimento relativo da dívida. A influência do custo, do resultado primário e da dívida total como proporção da renda sobre o crescimento da relação dívida/PIB pode ser assim resumida: quanto menores

a taxa real de juros e a própria proporção da dívida em relação ao PIB e quanto maior o superávit orçamentário primário, menor será o crescimento da dívida.

Gráfico 2



Fontes: Dívida pública: Boletim do Banco Central do Brasil; PIB: Ipeadata. A razão dívida/PIB foi obtida dividindo-se a média dos valores da dívida nominal em final de mês pelo PIB nominal daquele ano.

No caso brasileiro, concomitante à prática de taxas reais de juros elevadas, o PIB tem crescido a taxas baixas e instáveis, o que torna difícil a estabilização da relação dívida/PIB, apesar dos superávits que vêm sendo obtidos. Para que não ocorra a explosão da dívida e a sua redução forçada mediante calote explícito ou disfarçado através da inflação, é necessário que haja uma maior taxa de crescimento da economia e a redução das taxas reais de juros, os quais são complementares entre si, uma vez que o esforço de arrecadação ou redução de gastos para aumentar o superávit primário não tem muito espaço para se ampliar. Considerando-se a restrição do setor externo da economia brasileira, entretanto, a necessidade de financiamento externo diminui com menores taxas de crescimento. Isto, possivelmente, explica a insistência em taxas de juros reais elevadas que inibem o crescimento na economia brasileira em sua história recente. A redução da vulnerabilidade externa do país, por conseguinte, poderá ter um impacto benéfico para reduzir o crescimento da relação dívida pública/PIB nos próximos anos.

Referências bibliográficas

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, Brasília, *Banco Central do Brasil*, diversos números.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEADATA online. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2002.

MEURER, Roberto e SAMOBYL, Robert Wayne. *Conjuntura Econômica: Entendendo a Economia no dia-a-dia*. Campo Grande: Editora Oeste, 2001.

Insularidades Catarinenses

*Hoyêdo Nunes Lins**

Em terreno acadêmico ou não, as desigualdades inter-regionais de desenvolvimento conformam tema de grande apelo, e isto há muito tempo. Entre os motivos, certamente figura o fato de, em escala de país, a persistência dessas desigualdades poder suscitar problemas relacionados à coesão social e à unidade nacional. A alta voltagem política incrustada nessa questão ajuda a explicar o destaque do assunto em foco nas agendas de numerosos países desde o Segundo Pós-Guerra.

País continental, o Brasil é exemplo de permanência e mesmo de exacerbação daquela problemática. Todavia, disparidades socioespaciais são observadas inclusive dentro de Estados federados, e mesmo na porção mais meridional do território brasileiro, que desponta pela quantidade de municípios com os mais elevados IDH do país. Provavelmente, o Rio Grande do Sul fornece a melhor ilustração deste problema nessa macrorregião, mas Santa Catarina está longe de constituir exceção.

Mosaico & arquipélago

Talvez de forma única no Brasil, a paisagem econômica de Santa Catarina permite observar vínculos estreitos entre tipos de atividades e regiões. Isso não quer dizer que existe exclusividade territorial na incidência geográfica dos vários setores: produto da história, o sugerido mosaico perdeu alguma nitidez por conta da diversificação econômica que caracterizou essa parte do Brasil nas últimas décadas. Não obstante, é difícil refutar a imagem de uma relativa especialização industrial-regional em terras catarinenses.

Para aludir ao que mais se destaca, cabe indicar que as atividades têxteis e vestuaristas enraizaram-se principalmente no Vale do Itajaí; que as do complexo metal-mecânico concentraram-se de forma mais expressiva entre Joinville e Jaraguá do Sul; que as moveleiras passaram a caracterizar sobretudo o eixo São Bento do Sul-Rio Negrinho; que a cerâmica de revestimento pavimentou, em primeiro lugar, a evolução do sul catarinense; que a agroindústria de suínos e aves ditou o ritmo, antes de tudo, no oeste e no meio-oeste.

A essa figura meio impressionista, calcada na observação de “macro” regiões – norte-nordeste, “grande sul” e “grande oeste” –, caberia adicionar a área da Grande Florianópolis. Nesta região, que concentra o aparato da administração estadual e outras importantes atividades terciárias, o setor de turismo enraizou-se e iniciativas de cunho tecnológico tornaram-se promissoras. É possível que, a médio ou a longo prazo, esses setores ajudem a amenizar as dificuldades interpostas desde sempre pela precária base econômica da área.

* Professor do Departamento de Economia - UFSC.

Interessa assinalar que os diversos espaços produtivos de Santa Catarina foram modelados por relações que se revelaram extra-estaduais em grande medida. Faz-se aqui referência à posição do Estado na industrialização brasileira, cujo centro de gravidade foi a região Sudeste. O que se quer frisar é que a trajetória catarinense há de ser considerada, no essencial, em relação à dinâmica originada naquele processo, embora, na maioria dos casos, o surgimento de atividades industriais deva ser creditado a iniciativas emanadas localmente, florescidas na esfera familiar, em comunidades de imigrantes ou de seus descendentes.

A escassa integração interna da economia catarinense, herança do passado, deriva em parte da situação do Estado em face do secular movimento da industrialização brasileira. Não há equívoco em asseverar que o evocado caráter de “arquipélago” aparece como problema a ser não só reconhecido e devidamente compreendido, mas também, e principalmente, a ser adequadamente considerado na formulação de políticas de desenvolvimento.

Um arquipélago no ocaso do século XX

A sugerida figura de arquipélago, em que poucas relações efetivas entre regiões catarinenses contrastam, de uma forma ou de outra, com as interações destas com o exterior do Estado, persiste e parece até fortalecida no período recente. O processo de reestruturação que vincou o cenário local nos anos 1990, derivado das pressões relacionadas às mudanças na economia brasileira, especialmente a abertura comercial, encontra-se no centro da questão.

De fato, compelida a se ajustar, a indústria experimentou processo de modernização tecnológica e organizacional, sobretudo nas empresas mais importantes, que representou, entre outras coisas, o estreitamento de relações com fornecedores externos e mesmo projeções em direção a parcerias implicando agentes diversos, localizados até fora do país. Mais sintonizados aos determinantes da competitividade fermentados na órbita internacional, de natureza verdadeiramente impositiva haja vista a exacerbação da concorrência nos mercados internos e externos, os vários setores passaram a ressoar, em maior ou menor grau, a cadência das dinâmicas extra-regionais e extra-nacionais, em prejuízo do enriquecimento das inter-relações no plano estadual, em termos gerais, quase sempre rarefeitas.

O aumento da competitividade, escorado em mais qualidade e produtividade e principalmente traduzido em desempenho exportador, espelha o esforço das empresas que lograram pelo menos aproveitar as oportunidades associadas à abertura comercial e à política de câmbio. Mas, até onde é possível perceber, isso não representou, por exemplo, o adensamento das cadeias produtivas e das relações de complementaridade em território catarinense. Antes, talvez, representou o contrário. O impulso modernizador incluiu amplamente, nas empresas maiores, a aquisição de máquinas e equipamentos provenientes do exterior, além de um maior uso de insumos estrangeiros, o que não deixou de significar a substituição de fontes nacionais e

estaduais. A imagem que emerge é, portanto, a de uma participação seletiva de firmas e áreas produtivas no frenesi da globalização.

Nesse contexto, pode-se considerar que a própria noção de “economia estadual” resulta menos apropriada. O espaço jurídico-político-administrativo correspondente ao território de Santa Catarina estaria a coincidir cada vez menos com o espaço dos processos econômicos que dizem respeito a este Estado federado. Assim, não seria possível dizer que, atualmente, uma expressão como “economia estadual” não significa muito mais, no fim das contas, do que uma simples “força de expressão”?

O que poderá reservar o futuro?

Os dois ou três últimos anos não permitem observar processos que representem contestação clara do caráter de “insularidade” ostentado pelas regiões catarinenses. A rigor, parece que a tendência é oposta. Pelo menos é o que sugerem as informações disponíveis sobre decisões de investimentos no período recente, incluindo os interesses de investidores estrangeiros em Santa Catarina. O mais divulgado desses interesses – mas não o único – refere-se à implantação, em São Francisco do Sul, de uma usina de laminação de aço pertencente ao grupo francês Usinor.

Chama a atenção que, na ampla maioria, os novos investimentos estejam programados para o nordeste do Estado, justamente a região onde é maior a presença de setores industriais dinâmicos. Por exemplo, do valor total definido no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), nada menos que 84% diziam respeito àquela área no final de 2001 (Diário Catarinense, 2/12/2001, p. 18). É verdade que os atributos reunidos ao longo da trajetória industrial catarinense outorgam considerável atratividade ao grande “quadrilátero nordestino” catarinense. Porém, uma tendência assim delineada haverá de reforçar a seletividade – e, portanto, a desigualdade – que caracteriza o envolvimento de Santa Catarina nas dinâmicas econômicas mais gerais.

Mantido esse curso, sem iniciativas de planejamento que contemplem uma participação mais equilibrada das diferentes regiões, Santa Catarina haverá de ostentar, em futuro não muito distante, configuração produtivo-territorial ao estilo do que Paraná e Rio Grande do Sul apresentam, fortemente deplorada em alguns meios. Às paisagens de concentração exacerbada de pessoas e atividades na Região Metropolitana de Curitiba, no primeiro caso, e no eixo que interliga a Região Metropolitana de Porto Alegre e Caxias do Sul, no segundo, Santa Catarina certamente adicionará uma grande aglomeração no território “delimitado” por Joinville, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul, ao norte-nordeste, e pelo Vale do Itajaí, ao sul.

O desempenho da indústria cerâmica e de outros setores como o de plásticos, em Criciúma e adjacências, assim como as possibilidades vinculadas à (demorada e cada vez mais frustrante) Zona de Processamento de Exportações, em Imbituba, não devem se revelar uma suficiente contra-força sulina ao peso daquela área. De outra parte, as mudanças na agroindústria não autorizam prever que o êxodo rural que

despova municípios do oeste e do meio-oeste será estancado, detendo fluxos cujos destinos incluem, exatamente, cidades do nordeste catarinense e do Vale do Itajaí, além de Florianópolis e sua área de influência imediata.

A região da capital continuará a atrair migrantes. Como tem ocorrido, isso refletirá em boa medida os acenos do turismo, em que pese as limitações impostas pela sazonalidade deste setor. Mas a própria condição de sede da administração estadual não será, como nunca foi, isenta de responsabilidade, mesmo que tal roupagem não represente obrigatoriamente possibilidades de crescimento econômico, com geração de postos de trabalho. Assim, a persistência do fluxo migratório haverá de ter como consequência o adensamento ainda maior das áreas de baixa renda, quer nos morros da Ilha de Santa Catarina, quer nos bairros periféricos de municípios da Grande Florianópolis.

Comentário final

O forte diálogo extra-estadual das regiões catarinenses é um dado da realidade. Se é possível admitir que essa intensidade turva, de certa forma, o sentido da expressão “economia estadual”, deve-se assinalar também que os vínculos externos são tributários de oxigenação permanente de práticas e idéias, contribuindo, desse modo, para inibir a esclerose das estruturas locais. Contudo, adensar as relações inter-setoriais e inter-regionais é objetivo legítimo, pois agir neste sentido significa propiciar melhores oportunidades para as diferentes regiões. E quem diz regiões, diz sociedades local-regionais. Isso é assunto para as estruturas estaduais de planejamento, nutridas por adequada visão de conjunto sobre Santa Catarina e sobre o Brasil e por correta leitura das forças em operação no período atual.

Cabe ainda realçar, no que concerne às possibilidades reunidas no plano local-regional em Santa Catarina, o potencial simbolizado pelos Fóruns Regionais de Desenvolvimento – são 15 os já constituídos formalmente, e há diversas áreas com comitês provisórios, nível em que se prepara o terreno para a instalação de Fóruns –, que configuram espaços institucionais privilegiados para iniciativas motivadas pelo interesse em promover o desenvolvimento das diferentes regiões. Articulados às Associações de Municípios, esses Fóruns Regionais têm sido criados no âmbito do Fórum Catarinense de Desenvolvimento, cujas ações convergem para o estímulo ao desenvolvimento local e regional de forma descentralizada e com a participação efetiva dos atores sociais. Mais sintonizadas, pelo menos em tese, com as necessidades e aspirações local-regionais, as forças em operação nessa escala parecem aptas a descortinar e a fazer vingar estratégias que podem vir a representar melhores condições sociais e econômicas em diferentes latitudes no território catarinense.

Entretanto, os referidos Fóruns têm abrangência somente regional, a rigor, microrregional. Políticas e iniciativas, voltadas à promoção do desenvolvimento, que incorporem uma visão de conjunto sobre Santa Catarina permanecem figurando, portanto, no campo das necessidades prementes.

Estado e Economia: notas preliminares sobre um debate inconcluso

Lauro Mattei²

Desde os tempos de Adam Smith – considerado o pai da Economia Política – o debate sobre o papel do Estado na economia e na sociedade tornou-se recorrente. Para Smith, a economia política era um ramo da “ciência do estadista ou legislador” que deveria comportar dois objetivos distintos: proporcionar mercadorias e rendas abundantes para o conjunto da população e fornecer ao Estado uma renda suficiente para alguns serviços públicos essenciais. No entanto, essa provisão abundante de mercadorias decorria de regras privadas de conduta, não cabendo ao Estado senão zelar para que a concorrência entre os indivíduos e os capitais fosse viabilizada. Nessa lógica, admitia-se que o liberalismo econômico era o sistema mais apto a elevar a riqueza e a promover o bem-comum da sociedade.

Essa concepção teórica de Estado dominou o debate acadêmico por um longo período, sendo constantemente contraposta a outras visões, sobretudo durante o século XX. Nesse período, o Estado adquiriu maior credibilidade e os meios necessários para administrar as economias nacionais, seja através de políticas keynesianas ou através das políticas de planejamento centralizado, o que lhe garantiu um elevado nível de influência sobre as ações dos agentes econômicos. Em grande medida, a emergência de governos com legitimidade e representatividade reforçou a capacidade política de intervenção dos Estados, levando à criação de unidades administrativas e institucionais de caráter nacional, com a ampliação das ações para diversas esferas, principalmente para a área econômica e social.

Esse modelo de Estado se fortaleceu enormemente após o final da Segunda Guerra Mundial, quando se transformou na maior instituição regulatória da vida econômica, política e social. Especificamente no campo social, constituíram-se os chamados “sistemas de proteção social”, alvo predileto de ataques das correntes “neoliberais” nos períodos recentes. Esses sistemas de proteção social, entretanto, começaram a ser desmantelados no final dos anos setenta quando, à luz das crises econômicas, passou-se a questionar o modo de regulação e de intervenção “estatal” na economia, argumentando-se que o “mercado” era mais eficiente para organizar a via econômica e política das sociedades.

O Estado ainda deve intervir na economia?

Desde o início dos anos oitenta até os dias atuais, o comportamento político e econômico da grande maioria das sociedades ocidentais passou a ser determinado pelo “neoliberalismo” - doutrina político-econômica que retoma e adapta ao capitalismo atual os princípios liberais do século XVIII, com destaque para a idéia de

* Professor do Departamento de Economia - UFSC.

que a livre iniciativa é o elemento básico capaz de harmonizar os interesses individuais e coletivos e produzir o bem-estar da sociedade.

Nesta ótica, os Estados perdem parte de sua capacidade de governabilidade, deixando de ser o agente regulador da vida econômica, atividade esta que passa a ser responsabilidade da instituição “mercado”. Com isso, nota-se uma clara subordinação do Estado aos imperativos da economia globalizada, comandada pelos agentes do mercado. Com essa nova hierarquização, verifica-se que alguns requisitos do cenário econômico global (competitividade, desregulamentação, liberalização e privatização) conduzem a uma maior homogeneidade institucional, que acaba inibindo a margem de manobra dos Estados no sentido de promover estratégias nacionais diferenciadas, sejam elas no campo da política, da economia, das ações sociais ou da própria organização institucional. Decorrem daí as formulações de diversos segmentos acadêmicos que destinam ao Estado moderno apenas o papel de disponibilizador de condições ao desenvolvimento das atividades econômicas que visam buscar novas competitividades nos mercados globais.

No entanto, a trajetória recente de vários países que incorporaram e divulgaram o credo “neoliberal” tem caminhado no sentido oposto ao do receituário recomendado. Vejamos o exemplo dos EUA, país que mais critica as políticas econômicas intervencionistas. Após um longo período de crescimento econômico durante os anos noventa, os eventos de 11 de setembro de 2001 cessaram repentinamente essa trajetória – que já apresentava alguns indícios recessivos - com reflexos sobre diversos setores da economia norte-americana e mundial. Daquele momento em diante, assistimos a uma reação ofensiva global comandada pelo Estado, com fortes estímulos e investimentos em várias esferas, apesar do aumento do déficit público do país gerado por esse tipo de intervenção. Essas ações reverteram os impactos negativos dos ataques, provocando uma rápida recuperação do crescimento econômico, que pode ser medida pelos dados divulgados recentemente, os quais revelam que o PIB dos EUA cresceu cerca de 5% no primeiro trimestre de 2002.

Além disso, o Estado norte-americano continua implementando suas políticas protecionistas, que deixam envergonhadas as medidas protecionistas dos países europeus e dos japoneses. Depois da taxaço das importações do aço, na primeira semana de maio, o Congresso dos EUA aprovou a nova Lei Agrícola – uma política setorial intervencionista que os tecnocratas do FMI e do Banco Mundial criticam quando adotada de forma semelhante pelos países em desenvolvimento - que destinará cerca de U\$ 180 bilhões em subsídios nos próximos dez anos. Com isso, crescem enormemente os obstáculos à entrada de produtos agrícolas de outros países – como é o caso do Brasil – no mercado norte-americano.

Esses pequenos exemplos revelam a contradição do “receituário neoliberal”, pois transparece que a lógica “das forças de mercado” só é adequada para os países periféricos, uma vez que, nos países centrais os Estados continuam com suas políticas intervencionistas e protecionistas.

Os possíveis espaços de intervenção do Estado no Brasil

À luz da trajetória histórica, entendemos que o Estado ainda tem um papel decisivo na definição dos rumos do desenvolvimento econômico brasileiro. Sem a pretensão de criar “novas receitas”, apresentamos, a seguir, algumas esferas de intervenção que consideramos de vital importância para o país:

1) Política de relações econômicas internacionais: o jogo de poder entre as nações está sendo fortemente afetado pelos novos impulsos da globalização, mesmo com a expansão de programas de cooperação entre países. Ao contrário do propalado fato de que, com a globalização econômica, os Estados Nacionais perdem sua função, observa-se que em diversas negociações realizadas em fóruns internacionais – como é o caso das rodadas da OMC - têm prevalecido os interesses de um pequeno número de países. Essa estratégia vitoriosa dos mesmos, geralmente, é articulada, coordenada e mantida pelos Estados. Estes fatos reforçam a tese da necessidade de um Estado forte e equipado financeiramente e tecnicamente para atuar no jogo das relações econômicas internacionais.

2) Políticas nacionais de desenvolvimento: o debate sobre as alternativas de desenvolvimento para o país tem amadurecido nos últimos períodos, apesar de persistirem alguns vetores macroeconômicos que interferem na definição de um planejamento estratégico para a nação. De qualquer forma, nota-se que uma agenda de reformas estruturais; de políticas de geração de emprego e renda; e de políticas de redução da pobreza e da exclusão social torna-se quase consensual entre os diversos atores sociais. Neste caso, seria difícil visualizar uma ação positiva visando ao desenvolvimento sustentado do país sem uma clara intervenção do Estado brasileiro.

3) Políticas de desenvolvimento científico e tecnológico: através do domínio da tecnologia, muitos países exercem seu poder econômico e político sobre os demais. Por isso, é vital o país buscar a todo custo sua autonomia científica e tecnológica em setores econômicos estratégicos, sem os quais dificilmente teremos condições de competir no mercado global. Hoje sabemos que mais de 95% da pesquisa básica (aquela que gera novos conhecimentos e novas tecnologias) têm origem nas instituições e universidades públicas. Neste sentido, é difícil imaginar um avanço nessa esfera sem a participação decisiva do Estado.

4) Política industrial do país: a história do Pós-Guerra no Brasil mostra que a maior parte das decisões privadas relacionadas ao ingresso em diversas atividades econômicas foram condicionadas pelas políticas industriais adotadas pelo país até os anos oitenta. Nos anos noventa, o Governo Federal reduziu fortemente sua intervenção nessa área. Hoje torna-se evidente a necessidade de intervenção do Estado, sobretudo naqueles setores ou cadeias em que a estrutura industrial apresenta sérias deficiências e com baixa capacidade competitiva nos mercados mundiais.

Desta forma, acreditamos que estão errados aqueles que condenam as políticas industriais implementadas e reguladas pelo Estado, argumentando que o “mercado” sabe definir melhor a estratégia de desenvolvimento industrial do país.

5) Política de gestão pública: a ação do serviço público federal foi decisiva, tanto durante a constituição efetiva do Estado brasileiro (décadas de vinte e trinta) como durante a industrialização do país (Plano de Metas e II PND). A crise econômica dos anos oitenta e a ideologia neoliberal dos anos noventa contribuíram decisivamente para dismantlar a estrutura de serviços públicos, imputando-se aos funcionários a culpa pela baixa eficiência da ação do Estado. É imperativo uma mudança de rumo nessa esfera, visando dotar o Estado de capacitação administrativa, onde a gestão dos recursos (humanos e financeiros) e a qualidade dos serviços prestados à população sejam priorizadas.

6) Política de combate às desigualdades sociais: a globalização econômica está dando origem a uma nova divisão internacional, cuja vertente mais explícita é a cisão do mundo entre as nações que se beneficiam dos resultados desse processo e aquelas que estão à margem do mesmo. Nessa lógica, há uma forte tendência de expansão da exclusão social, especialmente naqueles países – como é o caso do Brasil – onde as desigualdades são preponderantes. Assim, torna-se fundamental a intervenção do Estado, implementando políticas públicas no sentido de desenvolver mecanismos de inclusão social e de geração de cidadania.

Ressaltamos os pontos acima como indicadores de uma agenda propositiva para o Estado brasileiro, apenas com a pretensão de estimular o debate, porque acreditamos que é imprescindível, em um país subdesenvolvido, uma ação estatal pública qualificada que venha a interferir nos rumos do desenvolvimento do país.

.....

Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br.

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins, José Antônio Nicolau, João R. Sanson (coord.editorial), Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves*

Apoio: Departamento de Ciências Econômicas e CORECON 7^a Região/SC